



## S U M Á R I O

**2** | *China e Índia – Emergência e Impacto Cultural*

Paulo Antônio Pereira Pinto

**5** | *O Terrorismo Internacional como Sintoma de Ordenamento*

Hugo Arend

**8** | *O Brasil no espaço: reflexões sobre a Missão Centenário*

Thiago Gehre Galvão

**12** | *Estados Unidos-Índia: aproximação militar ou comercial?*

Virgílio Arraes

**14** | *O falso anti-americanismo do Governo Lula*

Carlos Ribeiro Santana

### RESENHA

**16** | *Os italianos*

Paulo Henrique Soares

## China e Índia – Emergência e Impacto Cultural

Paulo Antônio Pereira Pinto \*

China e Índia ocupam, hoje, parcelas quase idênticas de interesse no noticiário internacional. Os chineses já despertavam atenções, desde o início do processo de abertura da República Popular ao exterior, na década de 1980. Os indianos, mais recentemente, passaram a provocar enorme curiosidade, pela ruptura gradual em curso com modelo de desenvolvimento tradicionalmente fechado, em descompasso com a globalização.

A emergência atual das nações mais populosas do planeta, no entanto, é, com frequência, analisada apenas na perspectiva da crescente inserção internacional de suas economias, bem como a partir da cobiça quanto ao acesso de centenas de milhões de seus potenciais consumidores à oferta de produtos e serviços estrangeiros.

Tais avaliações estariam mais adequadas ao debate, nas últimas décadas do século XX, quando o processo de globalização começou a prevalecer sobre as economias fechadas e centralmente planejadas.

Isto porque, as grandes questões deste novo milênio parecem dizer respeito a: como culturas podem ser adaptadas; como capital social e cultural pode alavancar o desenvolvimento das nações; e como o potencial de conflito destrutivo entre culturas pode ser transformado em saudável competição cultural.

Assim, o foco prioritário na dimensão econômica, até o final do milênio passado, levava a crer que o progresso tecnológico em comunicações promoveria maior cooperação e entendimento entre os povos. Com uma melhor educação, os eleitores tornar-se-iam mais independentes e racionais.

Na medida em que as sociedades se tornassem mais afluentes, acreditava-se, superariam paixões “tribais” ou nacionalismos extremados, enquanto

instituições globalizadas consolidar-se-iam, criando, mesmo, um novo ordenamento internacional.

Infelizmente, parece ter acontecido o contrário, pois, enquanto o mundo tornou-se mais rico e melhor educado, as crenças religiosas também se fortaleceram. Nacionalismo e tribalismo também não desapareceram. Na prática, instituições transnacionais, como a ONU e a União Européia tornaram-se fracas e sujeitas a crises.

A tecnologia da informação não aproximou as pessoas. Pelo contrário, levou à segmentação cultural, através do mundo. A educação não tornou as pessoas moderadas ou dotadas de formas de pensar independentes.

Sabemos, agora, a criação de uma economia global e a emergência de novas forças tecnológicas não erodem, gradativamente, culturas e valores locais. Pelo contrário, ficou demonstrado que culturas e valores moldam o desenvolvimento econômico.

Verifica-se, assim que, na medida em que as pessoas se apropriam de maior riqueza e educação, suas diferenças culturais se tornam mais pronunciadas – não menos. Nesse processo, diferentes grupos perseguem visões distintas de bem-estar, bem como reagem de formas agressivas a ameaças perceptíveis a sua dignidade cultural.

As pessoas, agora, aparecem menos como indivíduos egoístas, voltados para a satisfação material, e mais como seres inseridos em suas respectivas sociedades.

Melhor direcionamento de foco, no que diz respeito à atual emergência da China e da Índia, deveria levar em conta, portanto, que o grande desafio do século atual é o entendimento de como as culturas evoluem, adaptam-se ou permanecem estáveis. Que tipo de influência estas alterações exercem no cenário internacional.

Nesse sentido, chamam atenção especial, por um lado, as declarações da China, em 2005, de que sua condição atual de potência emergente deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcada por “ascensão pacífica” do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e relações com o exterior.

Segundo este discurso chinês, estaria em curso, praticamente, o ressurgimento da influência político-cultural que o antigo Império do Centro exercia sobre as nações situadas ao Sul de suas fronteiras. Isto é, historicamente – sempre de acordo com Pequim – laços foram mantidos com o Sudeste Asiático, com base em relacionamento “pacífico”, que a RPC, agora, procuraria “reacender”(vide colunas anteriores).

Por outro, a Índia não busca nem expandir sua cultura, nem suas instituições democráticas. O que os indianos parecem analisar com grande precisão são os quesitos necessários para a segurança interna de sua multiculturalidade, em ambiente internacional estável.

A liderança atual indiana, portanto, parece entender que a inquietação mundial, provocada por rivalidades étnicas e religiosas, poderá afetar, também, seu próprio país. Daí, Nova Delhi ter que exercer amplo leque de interlocução com culturas que rodeiam a Índia.

O foco desta coluna e seguintes será o fenômeno atual da emergência da Índia e China e seu impacto cultural no cenário mundial. Nesse sentido, parece conveniente iniciar com análise sobre as origens daquelas civilizações.

Esta primeira parte tratará de condicionantes geográficas, que contribuíram para moldar as civilizações daqueles dois países, que, apesar de distintas, compartilham, no entanto, de efeitos de uma natureza ao mesmo tempo rica e invasora.

O clima, nessa perspectiva, permite distinguir claramente as regiões geográficas que formam a Ásia. Ao Norte, se estende a Ásia continental, isto é a Sibéria; ao Centro, aparecem desertos imensos; no Oeste, o clima mediterrâneo predomina, com algumas variações – todos estes tipos climáticos encontram equivalentes em outras partes do mundo.

No Subcontinente Indiano, contudo, há um fenômeno original, sem réplica alhures. Trata-se das

monções, que ocorrem, em geral, de abril a setembro, e se caracterizam por fortes chuvas, que, por um lado, ajudam a desenvolver a agricultura e, por outro, podem causar inundações, colocando em risco a vida humana.

A vida, naquela região está ligada às variações deste clima das monções, que provoca ventos dos oceanos em direção ao continente, no verão, e do continente em direção aos oceanos, no inverno. O relevo também influenciou a ocupação humana, na medida em que reduziu as opções de áreas habitáveis.

A ocupação humana organizada na Ásia ocorreu, na China, a partir do terceiro milênio antes de Cristo. A civilização chinesa desenvolveu-se nas grandes planícies do Norte, onde a terra é amarela, chamada de “loess”, e favorece a agricultura.

A Índia foi povoada cerca de mil anos depois, com o surgimento de cidades com estruturas básicas. A grande pluviosidade foi, sem dúvida, o motivo que atraiu sucessivas levas de novos habitantes.

A Ásia das monções apresenta uma mistura complexa de civilizações de origens diversas, resultante de invasões sucessivas. Não se pode falar, nem no passado, nem hoje, em “unidade étnica”, na medida em que “raças” diferentes dividiram esta região e a ocuparam, em diferentes áreas e períodos.

Em função do relevo, a Índia permanece fechada à Ásia Central. A imensa barreira imposta pelo Himalaia separa solidamente a planície chinesa da bacia do rio Gange. Em contrapartida, a Índia se abre em direção ao Ocidente. Apesar de quase desértico, o planalto iraniano – vizinho ao subcontinente indiano – não é intransponível e, portanto, sucessivas levas de imigrantes chegaram à Índia, procedentes da Ásia Ocidental, atravessando a Pérsia.

A Índia é, também, aberta ao exterior através do Golfo de Bengala, proporcionando-lhe uma vocação marítima e ligações comerciais milenares com diferentes partes do mundo.

Segundo dados disponíveis, os primeiros habitantes da Índia foram tribos “arianas” ou “indo-européias”, originárias da Europa. Os “arianos” (Aryas) não modificaram as culturas encontradas no território que vieram ocupar. Introduziram, no entanto, o

sistema de divisão da sociedade em “castas” estanques, que viria a alterar definitivamente as relações sociais em âmbito estrito e rígido.

Por influência dessas novas levas migratórias, são fortalecidos os vínculos com a Indochina, sem que este sistema de castas seja exportado para aquela sub-região. Registra-se, contudo, que a “ação civilizadora” exercida no Sudeste Asiático, a partir do século Mil antes de Cristo é de origem indiana.

Enquanto isso, a China – separada da Índia, ao Sul, pelos Himalaias – abre-se para o Norte e Noroeste, interagindo com povos da Mongólia, Turquestão, planície Caspiana e Mar Negro.

Os contatos dos chineses com o exterior são feitos por via terrestre. A China é, portanto, muito menos voltada para o mar, do que a Índia. Sua influência estende-se até o Japão, transitando pela península coreana. Atinge, também, parte da Indochina.

O mundo chinês é, portanto, muito mais concentrado sobre si próprio, do que o indiano.

O povoamento destas regiões é muito antigo. As pessoas foram se adaptando às condições naturais. Utilizaram a terra com criatividade, tornando-se sociedades agrícolas. Apesar de diferenças notáveis, entre as culturas chinesa e indiana, a espiritualidade asiática é marcada pela submissão às forças da natureza, bem como pela busca de riqueza e desenvolvimento puramente interior dos indivíduos.

Na coluna seguinte, serão analisadas as diferenças entre a “espiritualidade” chinesa e indiana. Tal exercício de reflexão, conforme assinalado no início deste trabalho, visa a identificar os efeitos que a emergência atual da China e Índia podem causar no ordenamento internacional vigente.



## O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

## O Terrorismo Internacional como Sintoma de Ordenamento

Hugo Arend \*

É inegável que desde os ataques de 11 de Setembro de 2001 aos EUA, a expressão (mais do que o conceito de) *terrorismo* voltou a ser objeto de estudos das Ciências Humanas, notadamente da Ciência Política e das Relações Internacionais. Aqueles acontecimentos impulsionaram uma enxurrada de títulos sobre terrorismo no mercado editorial brasileiro a tal ponto que, hoje, se tentarmos iniciar uma pesquisa sobre o tema, nos depararemos com mais de três dezenas de obras imprescindíveis, sendo que pelo menos uma dezena delas produzidas no Brasil. Esta fantástica atenção recebida pelo *terrorismo* por parte da academia é mais do que justificada na medida em que, de fato, não apenas o fenômeno, mas o termo volta com força total ao léxico político e ideológico de governos e organizações pelo mundo afora. É nesta revitalização que pretendo me concentrar neste breve texto provocativo: de que forma podemos interpretar a revitalização do termo *terrorismo* pelo léxico político atual, metamorfoseado agora em *terrorismo internacional*, como um sintoma do ordenamento do que se pensa ser o sistema internacional? Minha intenção é colocar em xeque o pressuposto segundo o qual a emergência do terrorismo neste início de século 21 (emergência que como tal necessita ser questionada) atestaria uma crise, uma desordem internacional que teria surgido, por sua vez, do fim da bipolaridade do sistema da Guerra Fria que, de certa forma, garantiu o equilíbrio da política internacional por meio século.

Primeiro, temos de compreender que o *terrorismo* – não enquanto fenômeno sociológico, mas enquanto expressão do léxico político ocidental – esteve originalmente ligado a uma *política nacional*. Com isto quero dizer que a expressão *terrorismo* em

finais do século 19 e dealbar do século 20, esteve ligada tanto ao léxico de governos que condenavam tal prática, como ao léxico de grupos de extrema-esquerda e extrema-direita que defendiam tal prática para combater seus inimigos. Anarquistas russos, fascistas italianos e espanhóis, por exemplo, faziam apologia do terrorismo como via legítima de ação revolucionária. O terrorismo era tanto condenado pelos governos e instituições que sofriam com atentados, como era incentivado por grupos extremistas na luta pelo poder político. O terrorismo estava, portanto, *ligado diretamente a um contexto nacional*, a uma crise que envolvia um dado governo e uma ou mais facções e/ou partidos políticos que o empregavam como estratégia.

Tal percepção se propagou século 20 adentro. As lutas anticolonialistas na África e no sudeste asiático ao final da Segunda Guerra Mundial vieram reforçar esta percepção. No contexto daquelas lutas, o mundo conheceu o IRA, as Frentes para Libertação da Palestina, a Frente de Libertação Nacional na Argélia, os Tigres Tâmilés no Sri Lanka, o ETA basco, a UNITA, etc. Enfim, a história das lutas anticolonialistas lega à história do terrorismo uma série de grupos que optaram por esta estratégia como meio legítimo para se alcançar a libertação nacional. Estas organizações e seus membros, foram taxados como *terroristas* pelos governos contra os quais lutavam; foram acusados de terroristas em sessões da Assembleia Geral da ONU e no Conselho de Segurança. A natureza, contudo, permanecia a mesma: tratava-se de grupos revolucionários que lutavam por causas nacionais.

Ao longo das décadas de 1970 e 80 o mundo político começa a sofrer uma significativa, mas lenta

e quase imperceptível mudança. Na realidade foram poucos os intelectuais que a perceberam em sua profundidade e alcance. Houve uma mudança nos padrões de legitimidade dos projetos políticos como um todo – uma mudança que ainda não foi encerrada e que nos desafia. Muitos dos projetos políticos e das estratégias revolucionárias que formaram a base da vida política do século 20 – notadamente aquelas estratégias e aqueles projetos que nutriam ainda a crença na mudança rápida e violenta das estruturas sociais e políticas – foram, aos poucos, mas decididamente, perdendo legitimidade perante a opinião pública. Com esta perda de legitimidade, houve a conseqüente perda de apoio popular às ações de grupos que acreditavam no terrorismo, por exemplo, como estratégia política. Ao final da década de 70, grupos como as Brigadas Vermelhas na Itália, o ETA, o Baader-Meinhof na Alemanha, a Frente de Libertação do Quebec e o IRA foram perdendo apoio mesmo dentro das comunidades políticas e nacionais que se propunham a defender. Aos poucos, estas organizações foram desaparecendo – como resultado da repressão policial ou da descrença de seus quadros da luta armada ou, ainda, por suas institucionalizações como partidos políticos. Nas últimas décadas do século 20, duas mudanças são perceptíveis: primeiro, o terrorismo passa a ser cada vez mais empregado como um termo pejorativo e, segundo, muitas organizações que o empregavam o abandonam, com medo de perder legitimidade perante a opinião pública.

Mas a Guerra Fria prosseguia. EUA e URSS não apresentavam sinais de desistência de seu *equilíbrio pelo terror*. Contudo, o colapso da URSS esteve diretamente ligado àquela reestruturação dos padrões de legitimação do processo político. O colapso da URSS e de seu modelo de comunismo se deveu, em grande medida, à descrença por que passaram as instituições soviéticas não apenas no chamado mundo capitalista, mas, principalmente, dentro do próprio bloco soviético. Descrença alimentada, diariamente, pela propaganda ocidental que ultrapassava a *Cortina de Ferro* em ondas de rádio e televisão. O comunismo soviético deixa de ser viável como projeto político a partir do momento em que uma parcela significativa da população da URSS deixa de acreditar no mundo

comunista que lhes era oferecido e elege os padrões ocidentais de mercado e política como os mais aceitáveis. É esta mudança nos padrões de legitimidade da política e da organização social e econômica da URSS como um todo que levou ao fim da Guerra Fria.

Não foi apenas o comunismo soviético como projeto político que deixou de existir com o colapso da URSS. A mudança dos padrões de legitimidade política acarretaram uma conseqüência ainda mais grave não apenas para o sistema internacional como tal, mas para a vida política como um todo. O que se verifica a partir das décadas derradeiras do século 20 é uma crise de multidimensionalidade política. Ou seja, uma crise de legitimação dos projetos políticos que não seguissem, de uma forma ou de outra, os padrões da democracia liberal, a saber: liberdade de imprensa, eleições livres, multipartidarismo, respeito aos direitos humanos, liberdade de culto, liberdade de comércio, liberdade de escolha, liberdade de expressão, liberdade, liberdade, liberdade! Qualquer projeto político que não se encaixasse neste padrão de não alcançaria legitimidade perante a opinião pública.

Mas, afinal, qual a relação entre a revitalização do terrorismo no léxico político atual como *terrorismo internacional* e a mudança dos padrões de legitimidade do discurso político evidenciada a partir da década de 70? Ora, é precisamente naquela mudança e na crise que daria fim à Guerra Fria que a expressão *terrorismo internacional* eclode e ganha força. É a partir da morte da URSS e da legitimidade do projeto comunista como um todo que surge um vácuo no binarismo ideológico da Guerra Fria. Ou seja, o inimigo do ocidente deixa de existir. Ao contrário do que podemos supor, a existência de inimigos é imprescindível para a política. O *terrorismo internacional* surge no léxico político do pós-Guerra Fria como uma revitalização de uma antiga expressão, o *terrorismo*, metamorfoseado de *nacional* para *internacional* para suprir um vácuo de contraposição surgido pela descrença no comunismo. A expressão *terrorismo internacional* – com todas suas incongruências – é empregada para caracterizar qualquer inimigo do sistema como um todo. O *terrorismo* deixa de ser apenas aquele membro de uma facção que luta pela libertação nacional e que já é conhecida – tais como o ETA, o IRA, o Hamas ou o

Jihad Islâmico – para se tornar qualquer tipo de ameaça ao sistema como um todo, para se tornar um inimigo *ad hoc*. Basta empregarmos o termo *terrorista*, carregado de negatividade, para deslegitimarmos todo e qualquer projeto político, por mais legítimo que seja.

A *guerra contra o terrorismo*, por exemplo, declarada pela Coalizão dos Desejosos (*Coalition of the Willing*), após o 11 de Setembro, serviu aos propósitos não apenas dos EUA (como normalmente é denunciado), mas também (e mais importante) aos interesses de todos os estados que possuem algum tipo de problema a resolver. A China conseguiu finalmente legitimar sua luta contra as aspirações separatistas de grupos tadjiques e afegãos em sua fronteira oeste; a Rússia vem empregando o mesmo mote da *guerra contra o terror* para esmagar brutalmente o movimento separatista tchetcheno; o governo turco intensificou sua caçada aos separatistas curdos ao sudeste e intensificou duras medidas de repressão a organizações políticas e grupos intelectuais que defendem a criação de um estado curdo; a Colômbia conseguiu implantar o *Plano Colômbia*, financiado pelos EUA, para tentar acabar de uma vez por todas com as FARC e com o que se tornou peculiarmente conhecido como narcoterrorismo (note-se que o presidente que implantou aquele Plano conseguiu, recentemente, sua reeleição); a Índia esmaga movimentos separatistas no Sri Lanka de

forma ortodoxamente violenta; a definição de *Terrorismo* do Departamento de Estado dos EUA é tão abrangente que até uma passeata que se torne violenta pode ser considerada como tal, podendo seus participantes e responsáveis serem julgados e condenados por atos de terrorismo.

A expressão terrorismo, e especialmente a de *terrorismo internacional*, tornou-se, portanto, um tipo de invólucro metafórico que pode ser empregado por governos, organizações (como a ONU) e pela mídia para se referir a qualquer tipo de grupo que adote ações violentas como estratégia política. Já que não se tem mais os infames revolucionários comunistas a culpar, todas e quaisquer ameaças que apareçam podem ser enquadradas como *terrorismo* ou *terrorismo internacional*, expressões que possuem, em si mesmas, uma carga semântica negativa inegável e que, em tempos de orgia democrática, servem para infamar quaisquer movimentos e/ou organizações. Desta forma, ao contrário do que muitos intelectuais vêm afirmando, a existência de um *terrorismo internacional* não atesta uma suposta *desordem internacional* pós-Guerra Fria, mas precisamente seu oposto: a exploração política e ideológica conveniente de uma expressão que serve, especificamente, para legitimar ações repressivas de inúmeros governos contra grupos e organizações que eles consideram lesivos a seus interesses. O mundo pós-Guerra Fria é, portanto, um mundo perigosamente ordenado.



## Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2006 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.



de ilusão para as sociedades nos dois condomínios de poder.

Russel, então, vislumbraria os caminhos possíveis: “devemos todos perecer ou devemos adquirir um mínimo grau de bom senso”. Logo, um novo pensamento político seria necessário se o objetivo era evitar um desastre eminente. Este novo padrão cognitivo foi precipitado pela crise dos mísseis de Cuba, que levou a uma modificação na visão de mundo dos líderes soviético e norte-americano. Em termos históricos, tal episódio marca um período de coexistência pacífica, transição entre momentos opostos de quente guerra fria e de distensão na ordem bipolar vigente entre 1945 e 1991. Em termos práticos, seria o momento de emergência de um regime de contenção nuclear engendrado pelas duas superpotências, a priori tácito, com a instalação da linha vermelha ligando a Casa Branca ao Kremlin e depois expresso, por meio do direito internacional, com os avanços cooperativos e a consagração de acordos como o TNP e os Planos SATLT I e II.

Fica claro que o domínio do espaço e o poder nuclear caminharam juntos, como objetivos primordiais das duas superpotências. De fato, criaram-se mecanismos sistêmicos de arrefecimento das pressões advindas da bipolarização, como o processo de descolonização, a superextensão do conflito para a periferia do sistema (guerras localizadas como Coréia e Vietnã) e por último a conquista do espaço. Assim, ao analisarmos as diretrizes estratégicas das duas superpotências, no limiar da guerra fria, o fim principal seria a preponderância nuclear, alçada ao nível do potencial de destruição e da capacidade estratégica: a) de lançar o primeiro ataque, b) de responder ao primeiro ataque, c) de retaliar seu inimigo, se ainda possível. Neste verdadeiro jogo de xadrez, a simples posse de artefatos nucleares, que pudessem ser lançados de bombardeios, tornara-se insuficiente para assegurar o princípio da dissuasão, visto que o dilema

de segurança pressionaria ambos os lados a estar um passo a frente de seu oponente. Em suma, a conquista do espaço foi um efeito diagonal da busca pela preponderância nuclear e o equilíbrio do terror abraçaria a corrida espacial como válvula de escape do antagonismo de forças dos anos da quente guerra fria.

Vale mencionar que neste “jogo de grandes” o Brasil foi ator coadjuvante e às vezes mero espectador, nos foros multilaterais que tangenciavam as principais questões da agenda bipolar, resistindo quando possível: como no caso da exitosa conformação de uma zona livre de armas nucleares com Tlatelolco em 1967, adiantando-se, portanto, ao concerto americano-soviético que gerou o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) em 1968.<sup>1</sup> Contudo, alguns focos de resistência periféricos se mostrariam mais eficazes no longo prazo, principalmente se comparados às estratégias de nações similares como China e Índia ou mesmo de outros países, como Paquistão, Israel e França, que procuraram romper com o congelamento e buscar o caminho da autonomia pelo projeto de poder nacional, ao invés de trilhar os áridos caminhos da inserção pela participação multilateral.

Em suma, poder nuclear e domínio aeroespacial convergiram como metas-síntese das potências que procuraram se destacar na hierarquia de poder das relações internacionais e que hoje permanecem definindo diretrizes racionais de política externa e política interna para países centrais e periféricos, judeus, católicos islâmicos, conservadores e liberais, ou seja, independentemente das orientações políticas, religiosas e das bases étnicas e nacionais.

### Espaços periféricos no infinito do espaço

Após este preâmbulo histórico-explicativo, fica mais claro apresentar a argumentação central deste artigo. Para tanto, alguns questionamentos suscitados

<sup>1</sup> O Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) foi assinado em 1968, com o objetivo de impedir a proliferação de armas nucleares. O Brasil assinou o tratado em 1977. O Tratado de Tlatelolco, que criou uma zona livre de armas nucleares na América Latina e o Caribe, foi assinado em 1967. O Brasil assinou o tratado em 1967. O Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) foi assinado em 1968, com o objetivo de impedir a proliferação de armas nucleares. O Brasil assinou o tratado em 1977.

por estudiosos e replicados na mídia merecem ser lembrados, pois parecem se equivocar quanto às motivações, abrangência e finalidade do projeto espacial brasileiro. Primeiro, se questiona por que o Brasil, país que sempre enfrentou graves desequilíbrios macroeconômicos, deveria sustentar um projeto tão absurdamente caro e sem garantias de retorno palpável à população? Segundo, como um país periférico, para muitos na Europa e nos EUA ainda um país subdesenvolvido, poderia gerenciar ou mesmo conceber a realização de um projeto de tal magnitude? Terceiro, a quem atenderia e em que medida os resultados alcançados serviriam à nação brasileira?

1. Antes de tudo, os recursos revertidos nesta missão, mesmo que equivalentes aos da formação de vários doutores em astrofísica, por exemplo, terá um impacto significativo no imaginário coletivo da população e das próximas gerações de cientistas, garantindo-se o capital humano necessário à constante evolução científica e tecnológica no país. Não menos importantes são os ganhos futuros assegurados pela participação em missões na EEI, que se define por três objetivos principais: a) tornar-se uma base avançada para a exploração humana do espaço e para o desenvolvimento tecnológico; b) tornar-se um laboratório de pesquisas privilegiado, de características únicas; c) ser uma plataforma comercial para pesquisas e desenvolvimento espaciais. Logo, a inserção do Brasil neste projeto faz com que o país se torne participante do seleto clube de potências que, provavelmente, restringirão o acesso a mais uma via possível de desenvolvimento.
2. O próprio cumprimento da missão, em conjunto com russos e americanos, reflete a intensificação do uso de instrumentos internacionais de cooperação no setor aeroespacial, o que só vem fortalecer a

posição do país ao pavimentar o caminho do desenvolvimento pela via estratégica de um setor que fora negligenciado nas duas últimas décadas, sobretudo no governo FHC. Com isso, o país adquire experiência para conceber e aprimorar projetos nacionais, alguns já em andamento. Sem embargo, o Brasil mostrou propriedade e sagacidade ao constituir um conjunto de parcerias táticas no setor aeroespacial com potências diversas como Alemanha, Estados Unidos, França, Rússia, China e Ucrânia, o que lhe possibilitou uma maior margem de manobra de acordo com seus interesses. Isso ficou evidente quando o país optou por enviar o oficial brasileiro com uma missão russa e não norte-americana, como já constava do acordo bilateral Brasil-EUA de 1998.

3. Por fim, o fato histórico da Missão Centenário e toda a repercussão gerada com tal acontecimento têm um efeito extremamente positivo na sociedade brasileira e em especial na comunidade científica: a) levada a refletir mais criticamente sobre esta face da realidade, levantando questionamentos e limitações a serem superadas; b) motivada a instigar o debate em todos os níveis, despertando a conscientização popular e colocando em xeque sua contribuição até então para a evolução deste setor. Tudo isso pode gerar forças de pulsão responsáveis por dinamizar a sociedade brasileira e suplantar a alienação instalada pelo pensamento único.

Em resumo, tais questionamentos refletem a falta de propriedade em conceber o Brasil como uma nação do futuro, o que é explicável, mas não desculpável. Primeiro, pois tem se perdido gradualmente, diante das desilusões da política nacional e pelas rupturas decorridas das mudanças governamentais, uma noção palpável e atraente de interesse nacional. Segundo, porque depois dos anos de chumbo a sociedade brasileira tem o direito de

sonhar com um futuro construído por nós mesmos com esperanças renovadas de um porvir melhor do que o presente. Logo, como forma de se recuperar a imagem de uma grande nação, que o seu potencial lhe permite sonhar, é axiomática a necessidade do Brasil de buscar ampliar a sua presença no mundo e não diminuí-la! Por conseguinte, não deveríamos questionar a validade, objetividade e capacidade de trazer resultados com o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), mas sim conceber formas de torná-lo mais denso, estendendo-o temporalmente como um projeto de Estado e aprofundando-o em termos práticos, com o planejamento estratégico de ações e parcerias com um horizonte de longo prazo.

A guisa de conclusão, o projeto espacial brasileiro responde ao inevitável desígnio de ampliação dos meios de potência de um país (prestígio internacional, desenvolvimento científico e tecnológico), movendo o Brasil para a casa da nova revolução informacional

e com isso assegurando um conjunto mínimo de elementos de poder no futuro das relações internacionais. Se assim o for, o infinito do cosmos pode ser o novo lugar da periferia, uma vez que o domínio sobre o espaço (orbital, sideral, cósmico) é um “diamante de poder” a ser lapidado e melhor aproveitado. As possibilidades de participar desta nova fase da evolução da humanidade são exponencialmente imensas! Nada disso torna a tarefa menos árdua, nem significa que seja de simples implementação, mas aponta para a existência de uma janela de oportunidade histórica, que os chineses, por exemplo, resolveram aproveitar e que serve de inspiração para outras nações em desenvolvimento. No caso do Brasil, abdicamos da capacidade de aproveitar plenamente o potencial nuclear, mas não devemos deixar que outra onda criadora, de possibilidades, oportunidades e transformações, passe sem que o país esteja em sua crista.



## ***Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI***

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

## **Estados Unidos-Índia: aproximação militar ou comercial?**

**Virgílio Arraes \***

Constatada a ineficácia da diretriz adotada no Afeganistão – a do confronto militar – bem como a da perfilhada no Paquistão – a da diplomacia – para limitar a expansão do fundamentalismo muçulmano ao conjugá-lo parcialmente com o terrorismo, o governo norte-americano optou por aproximar-se mais da Índia, mediante significativa concessão militar, como modo de contrabalançar seu desgaste na região a partir de 2002.

É possível que tal alteração derive em parte da redistribuição interna de poder na Casa Branca: o grupo representado pelo Vice-Presidente, Dick Cheney, e pelo Ministro da Defesa, Donald Rumsfeld, está em descenso relativo desde que a via bélica atolou nas areias iraquianas. A própria unidade do grupo esfacelou-se paralelamente: Paul Wolfowitz rumou para assumir a titularidade do Banco Mundial em janeiro de 2005; John Bolton foi para a Embaixada na Organização das Nações Unidas em agosto de 2005; no mesmo mês, Douglas Feith solicitou a sua exoneração; por fim, dois meses mais tarde, o próprio Chefe de Gabinete de Cheney, Lewis Libby, requestou sua saída.

Todavia, a visita do Presidente George Bush ao país, na primeira semana de março último, não se notabilizou por uma recepção calorosa por parte da população da capital. Bush não discursaria nem no Congresso, por causa da possibilidade de alguns parlamentares embaraçarem-no com protestos, nem no Forte Vermelho (Lal Qil'ah), lugar onde anualmente no mês de agosto o Primeiro-Ministro celebra tradicionalmente o dia da independência do país (15/08/1947). Sua mensagem aos indianos seria em localidade mais discreta, com seleta platéia, de forma que afastasse a eventualidade de protestos populares, especialmente por parte da comunidade muçulmana.

Não obstante ser partidário do belicismo, Bush visitaria paradoxalmente o túmulo de Gandhi.

A aproximação norte-americana busca suplantar a colaboração militar europeia efetivada há alguns anos, antes do atentado terrorista de setembro de 2001. Na última década do século XX, à medida que os Estados Unidos aproximavam-se mais do Paquistão, em contenda com a Índia por causa da Caxemira, nos últimos anos, Rússia e França observariam neste relacionamento a oportunidade para comercial tecnologia de ponta com a Índia por meio de exportações e de investimento externo direto.

Destaque-se que, no entanto, tanto França como Estados Unidos, abastecem, ainda que em menor escala respectivamente, Paquistão e Índia, principalmente nos últimos anos, sob a justificativa de combate ao terrorismo fundamentalista. Há anos, ambos são detentores publicamente de arsenais atômicos consideráveis. Deste modo, a diplomacia norte-americana delineou um molde *ad hoc* para enquadrar os indianos, expresso por meio de um acordo singular.

A formalização de tal entendimento representa menoscabo explícito ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), de julho de 1968. À primeira vista, aquele sinaliza ser prioritariamente militar, até por nele vislumbrar-se o esboço de uma política de contenção da China, mas há também reflexos com impacto significativo no comércio, ao viabilizar a transferência de tecnologia para a aplicação civil da energia atômica. Destarte, catorze dos vinte e dois reatores indianos serão submetidos a inspeções internacionais por meio da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Contudo, caberá ao governo indiano indicar preliminarmente a rubrica civil ou militar para as unidades.

Se houver a ratificação do ajuste pelo Congresso dos Estados Unidos, a Índia afastar-se-ia da condição de 'pária' nuclear, que atualmente ostenta por não ter-se submetido às condições do TNP, subscrito por mais de 180 países. No entanto, a sua situação perante a comunidade internacional permanecerá intocável, porquanto as diretrizes postas à mesa pelo governo Bush chocam-se com as linhas mestras do TNP e da própria legislação americana.

Destarte, a política externa norte-americana decide unilateralmente quais países estariam aptos a ter programas nucleares militares, pondo de lado o ideário do desarmamento multilateral progressivo. Armas nucleares por si sós não seriam mais observadas como problemáticas, mas sim os seus eventuais detentores. Todavia, se a composição com a Índia é apresentada aos olhos da sociedade internacional como uma ação de êxito, como desestimular, no momento, o comportamento da Coreia do Norte, Irã ou mesmo do aliado norte-americano Paquistão em busca da diversificação de seus armamentos?

Os conservadores apontam que o cenário em que nasceu o TNP já não vige, de sorte que resta aos

Estados Unidos negociar caso a caso, com vistas a separar países pacíficos ou 'responsáveis' dos renegados como Irã ou Coreia do Norte. Entretanto, países tidos em alta conta hoje, como África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Brasil, Japão ou Turquia, poderiam alterar suas políticas externas, de modo que se contrapusessem à dos Estados Unidos.

Certamente, há considerações de ordem comercial como a possibilidade de os norte-americanos fornecerem a maioria dos oito reatores a serem comprados pelos indianos até 2012. Relembre-se que o Grupo de Supridores/ Fornecedores Nucleares, do qual o Brasil faz parte desde abril de 1996, foi criado em 1975 em decorrência da primeira explosão nuclear da Índia em 1974. Constatou-se que o plutônio utilizado fora provido de um reator canadense, com combustível norte-americano, fornecido naturalmente para fins civis. Assim, em função do duplo uso da tecnologia nuclear, países agruparam-se gradativamente, de maneira que se supervisionasse e, portanto, se limitasse a exportação de materiais de tal porte. Novamente, é possível que a Índia influencie os rumos da cooperação nuclear internacional.



## ***Como publicar Artigos em Meridiano 47***

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para [meridiano47@gmail.com](mailto:meridiano47@gmail.com) indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

## O falso anti-americanismo do Governo Lula

Carlos Ribeiro Santana \*

As relações com os Estados Unidos são bastante densas, cobrindo ampla gama de assuntos que vai desde o intercâmbio comercial até questões de direitos humanos e de não-proliferação de armas de destruição em massa. As relações bilaterais têm um longo histórico, caracterizado por grande convergência e, também, por episódios esporádicos de discrepância em torno de algumas questões. Todavia, eventuais diferenças entre os dois países não significam que o relacionamento não possa ser profícuo, como, na verdade, o é em diversas áreas. O presente artigo busca analisar alguns aspectos do relacionamento bilateral entre Brasil e Estados Unidos, bem como rebater, por meio da erosão de algumas falácias, o lugar comum de que a atual política externa estaria enviesada por anti-americanismo latente.

A idéia do anti-americanismo nas relações com os Estados Unidos remonta aos anos de bravatas e discursos políticos do Partido dos Trabalhadores contra esse país e o Fundo Monetário Internacional. Ganhou força com a necessidade de identificação e recolhimento de impressões digitais de turistas brasileiros nos Estados Unidos, seguida pela reciprocidade adotada pelo Brasil até pouco tempo atrás. Há também a questão do recrudescimento das relações diplomáticas com a Venezuela, vista, no início, com desconfiança por Washington. As diferenças políticas e a troca de acusações entre a Venezuela e os Estados Unidos são cada vez mais comuns. Todavia, este país tem reconhecido o papel que o Brasil pode exercer como canal diplomático para arrefecer os ânimos entre os dois Estados. Nesse sentido, o Brasil exerce importante papel na América do Sul como exemplo de democracia e estabilidade para a região, fato reconhecido pelo Governo estadunidense.

O ápice do que seria o anti-americanismo do Governo Lula, para alguns, reflete-se na posição adotada no tocante à Alca. Nesse caso, a dificuldade consiste em enxergar que o esforço empenhado na defesa de área de livre comércio que contemple realmente os interesses brasileiros não deve ser confundido com intransigência e má-vontade em relação às negociações da Alca. Com efeito, o Brasil, juntamente com o Mercosul, não aceitará acordo que não leve em conta a liberalização ampla no setor de bens primários, bem como o fim dos subsídios agrícolas. Por esse motivo, as negociações encontram-se paralisadas até que se avance em relação a esses temas no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

Entretanto, as relações bilaterais com os Estados Unidos englobam uma gama de assuntos que vai muito além de divergências pontuais em torno da integração hemisférica. Com efeito, em termos de comércio, o país é o primeiro parceiro comercial e o principal destino das exportações de bens industrializados nacionais. Em nível de investimentos, os Estados Unidos continuam a ser o principal investidor no País, seguindo tradição histórica de presença na economia brasileira. Além disso, a densidade humana do relacionamento entre os Estados Unidos e o Brasil observou considerável incremento nos últimos anos com o crescimento de brasileiros vivendo naquele país. Tal fato ensejou novo dinamismo na condução da política externa para nacionais no exterior, haja vista o elevado número de brasileiros nos Estados Unidos, principal destino dos que tentam começar nova vida fora do Brasil.

Ainda assim, há quem aponte outras divergências na agenda bilateral que comprovam a existência do referido anti-americanismo. Nesse sentido, referem-

se a posições distintas adotadas no que diz respeito a questões como a defesa do multilateralismo, a condenação da invasão do Iraque e as diferenças nos regimes políticos. Sem falar, é claro, dos contenciosos na OMC: subsídios, açúcar, algodão e outros mais. Enganam-se, porém, ao não enxergarem que o apego brasileiro a esses temas reflete tão-somente a defesa dos princípios que orientam nossa política externa há anos. Para o País, o multilateralismo e suas dimensões política e comercial – juntamente com outros princípios da política externa, como, por exemplo, a concessão de asilo político, a defesa de soluções pacíficas de controvérsias e o repúdio ao terrorismo – constituem um dos pilares da tradição diplomática da Chancelaria brasileira.

No contexto da primeira viagem do Presidente Bush ao Brasil, desde que assumiu a Presidência dos Estados Unidos, em 2001, o Presidente Lula, ao citar a Rodada de Doha, na OMC, mencionou a existência de “entraves injustificados” nas relações entre os dois países. No entanto, salientou tratar-se de divergências comuns entre parceiros do porte de Brasil e Estados Unidos. Prova de que o relacionamento bilateral segue

firme entre os dois países pôde ser observada na ampla agenda política discutida entre os Presidentes Bush e Lula, a qual englobou temas que passam desde o empenho de ações comuns nos campos da pirataria e da migração até questões sanitárias como febre aftosa e gripe aviária.

Por fim, diante da maturidade alcançada no relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, pode dizer-se que prevalece atualmente um padrão de relações corretas entre os dois países. Tal perfil, baseado no acumulado histórico da diplomacia brasileira, reflete relações sem submissão ou passividade entre parceiros de porte tão distinto. Transparece o caráter maduro e construtivo do relacionamento bilateral, o qual, mesmo com a clara diferença de prioridades, – combate ao terrorismo, nos Estados Unidos; e combate à fome e à desigualdade e defesa do multilateralismo, no Brasil – não permite que diferenças e contenciosos pontuais contaminem a agenda bilateral. As relações são corretas justamente no sentido de reconhecerem as diferenças de todos os gêneros existentes entre os dois países.



0000000000 47

00000000 00 00000000 00 0000000000 00 00000000 00000000000000



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

**Editor:** Antônio Carlos Lessa

**Editor-adjunto:** Virgílio Arraes

**Editor-assistente:** Rogério de Souza Farias

**Conselho Editorial:**

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

**Projeto Gráfico:** Samuel Tabosa de Castro – samuel.tabosa@gmail.com

## RESENHA

### Os italianos\*

Paulo Henrique Soares \*\*

“Os Italianos”, de autoria de João Fábio Bertonha, demonstra o que é ser um italiano, tanto para um observador estrangeiro, quanto até para um próprio habitante da península itálica. Para fundamentar sua análise ele se utiliza de várias características físicas, políticas, culturais, demográficas etc., além da evolução da região, desde quando foi criada, passando pela unificação sob o Império Romano, pela dissolução em cidades-Estado independentes, até a sua “reunificação” sob o nome pelo qual ela é conhecida atualmente – Itália.

Bertonha é mestre e doutor pela Unicamp, sendo que as suas teses, tanto de mestrado, quanto de doutorado, abordam o período fascista na Itália e no Brasil. É autor de vários livros sobre o tema, como “Antifascistas italianos en los extremos de América: las experiencias de Brasil y Canadá”, “O antifascismo italiano no Brasil: comparações internacionais e vivências transnacionais”, “Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil”, entre outros. Atualmente é professor e pesquisador na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná.

Dando continuidade à abordagem de sua obra, para atingir o seu objetivo primordial – tentar mostrar como é o italiano atualmente – ele expõe e analisa todos os aspectos que ajudaram e ainda ajudam a moldar os habitantes da península itálica, desde a época de sua colonização até este início de século XXI, passando por todos os principais períodos da história desse território, mesmo que brevemente por

alguns marcos temporais.

Bertonha descreve a formação física da península itálica, apontando alguns de seus principais contornos, como vales, montanhas, rios entre outros aspectos de sua formação geológica. Ele passa, em seguida, para o trato da evolução dos povos que habitaram aquela região e ainda a habitam nos dias de hoje.

Dos etruscos, passando pelos antigos romanos, e chegando aos atuais romanos, genoveses, sicilianos, ele mostra um povo que é, desde a instauração do Vaticano no coração da península até a Itália unificada, bastante religioso, de maioria católica, obviamente. E mesmo aqueles que emigravam procuravam manter suas tradições, hábitos e costumes locais no território para onde se dirigiam.

Com relação aos emigrantes, o Bertonha aborda o movimento empreendido desde antes da unificação até os anos de guerra e o imediato pós-guerra, que foi o período, salvo algumas exceções, de intensa migração de italianos. Foram vários os motivos pelos quais emigraram. No início, emigravam em busca de melhores condições de vida. Durante os anos de guerra, por exemplo, muitos fugiam da perseguição engendrada por Mussolini ou eram mesmo extraditados por ele. Apesar de saírem, muitos retornavam posteriormente, porém tanto os que ficavam no seu novo lar, quanto os que voltavam para o país de origem, deixavam no lugar onde foram viver parte de si, parte da sua cultura, em suma, uma parte da Itália. E estes emigrantes foram, por muito tempo, uma das principais fontes de riqueza do Estado, com

\* [www.paulohenriquesoares.com.br](#). São Paulo: Editora Fênix, 2005. ISBN: 8507244030100.

\*\* paulohenriquesoares.com.br - paulohenriquesoares@gmail.com - paulohenriquesoares@paulohenriquesoares.com.br

o dinheiro que ganhavam lá fora e revertiam para a pátria mãe.

Outro aspecto abordado com a imparcialidade e objetividade que lhe cabe é a evolução econômica italiana. Em menos de um século o país deixou de ser um dos mais pobres da Europa Ocidental para vir a tornar-se uma das sete maiores economias do mundo. E, um fato realmente surpreendente da evolução econômica desse território, foi a rápida passagem pelo período industrial, em direção à fase de prestação de serviços e desenvolvimento do setor terciário.

O autor também retrata de maneira bem elucidativa a evolução da cultura política italiana e as características e essências da política externa do país desde a época da unificação. O jeito como ele expõe

os fatos evidencia um trabalho de minuciosa pesquisa e, quiçá, até de vivência daquilo que ele aborda em seu livro.

“Os Italianos” é uma obra que põe à mostra toda a formação de um povo, de uma cultura, de um jeito de ser, de um país de uma maneira geral. É fundamental para quem deseja conhecer melhor a Itália, tanto para os que não podem viajar até essa bela nação, quanto para aqueles que podem, já o fizeram ou ainda o pretendem fazer. Este livro não é um retrato romantizado do país, mas sim uma exposição da sua formação e daquilo que ele é e representa atualmente para o mundo. Ele ajuda, ademais, a definir o que é ser um italiano nos dias de hoje.

